

A lição de 1980

Quando, em 1979, deu-se o segundo choque do petróleo, falou-se, inicialmente, da necessidade de uma "economia de guerra", cujo efeito previsível teria sido uma certa recessão.

Mas, principalmente por pressões dos empresários (isto devemos reconhecer em retrospecto), o então ministro do Planejamento, Simonson, foi substituído por Delfim Netto, que deu uma virada de 180 graus, prometendo combater a inflação e o aumento opepiano com uma aceleração da economia, o que lhe rendeu muitas loas antecipadas e um altíssimo "ibope" no início de 1980.

Os efeitos imediatos foram ótimos quanto à aceleração da economia: mas, em meados de 1980 já se começou a sentir o reverso da medalha: a inflação subiu como nunca e a exportação baixou, de modo que Delfim Netto rendeu-se à realidade dos fatos, dando novamente uma virada, agora para uma recessão drástica.

Não precisa ser dito que esta última tinha de ser muito mais profunda do que, se já tivéssemos aceito o desafio em fins de 1979.

Foi esta grave recessão de 1981 e anos subsequentes que, injustificadamente, comprometeu, perante a opinião pública, o modelo econômico de 1964. Pois a política inicial de Delfim Netto (e que desembocou na grande recessão) foi justamente o contrário da economia "clássica" executada com muito êxito por Gulhões, Roberto Campos e Simonson, até o segundo choque do petróleo (1979).

Isto, é claro, não quer dizer que não houve falhas, mas estas, de um modo geral, foram mais do tipo "desenvolvimentista" do que "monetarista". Isto foi o que se tentou evitar, já por ocasião do primeiro choque do petróleo, uma recessão corretiva. Assim, procurou-se superar a sangria em divisas que nos foi imposta pela OPEP por um maior endividamento junto aos bancos inter-

nacionais (porque a OPEP não nos concedia nenhum financiamento a longo prazo).

Tanto mais, o segundo choque de petróleo, em 1979, teria exigido uma imediata revisão de todos os planos delineados ainda sob as condições anteriores e que tinham permitido, na década dos 70, um crescimento surpreendente que elevou o número de empregos (em 10 anos) em 50%, acompanhado de uma melhoria sensível dos salários reais!

Estamos, hoje, novamente perante semelhante tentação de combater a inflação pelo crescimento. Aliás, quem não concordaria com esta receita?

Parece-nos, felizmente, que o novo comando econômico — apesar do seu discurso "Keynesiano" — está percebendo do perigo de um maior esquentamento da economia.

Verificou-se que a folha de pagamento das estatais, em vez de diminuir, aumentou, em um ano, em 10 a 15% e que a do setor privado poderá ter crescido ainda um pouco mais.

Reconheceu também o ministro do Planejamento que o déficit público é o principal culpado pelos altos juros e não os bancos (que são os "vilões" da opinião pública).

Também está reconhecendo agora oficialmente que aumentos salariais acima do INPC e o ganho de produtividade (de difícil definição) formentam, realmente, a inflação. O mesmo ocorre como também com os aumentos trimestrais. Tudo isto não diverge sensivelmente das soluções propostas pela "Velha República".

Mas — e isto é muito importante — a Nova República terá mais credibilidade e mais autoridade moral para dialogar com os sindicatos e, de um modo geral, com a opinião pública.

Esta é a sua chance, mas também a sua responsabilidade.

Ingo Hering é diretor-presidente da Cia. Hering.